

* POLÊMICA

Mãe luta pelo direito de ensinar em casa

Hugo Harada/ Gazeta do Povo

Cerca de 3,2 mil famílias no Brasil aguardam decisão do STF para ter a autorização legal para praticar o *homeschooling*, a educação domiciliar

Denise Drechsel

■ A visita de um oficial de justiça à casa da pedagoga Viviane Canello Strapasson confirmou mais uma briga jurídica no Brasil de famílias que querem ter o direito de ensinar os filhos em casa. Além do processo contra ela, ajuizado pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), outros 19 tramitam em mais estados. No país, pelo menos 3,2 mil famílias optaram pelo chamado *homeschooling*, apesar de essa modalidade de ensino regular não ser permitida pela legislação brasileira.

A denúncia resultou em uma medida de proteção assinada pela promotora Sílvia Galesi Campelo, onde há o pedido de que a criança seja matriculada de forma urgente e por coação, caso seja necessário. A decisão desencadeou nas redes sociais mensagens de apreensão em grupos de pais que lutam pelo direito de fazer o ensino domiciliar.

A estratégia dos advogados de defesa, Victor Hugo Domingues e Frederico Junkert, é pedir a suspensão do procedimento até que seja julgada uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do ensino domiciliar. “Tam-

bém vamos sustentar que não existe nesse caso nenhum tipo de abandono intelectual, muito pelo contrário. Há uma preocupação clara da mãe para educar bem a criança”, afirma Victor.

Viviane conta que alfabetizou o filho em casa e que teve experiências não muito positivas nas escolas. “Como sou professora, acho que, atualmente, essa seria a melhor opção para o meu filho”, afirma Viviane.

Clandestinidade

O ensino domiciliar é propagado com força em outros países, motivado pela insatisfação dos pais com a educação regular. “Uma característica comum em todas essas famílias no Brasil é uma forte crítica à escola. Muitas delas fizeram tentativas de colocar os filhos em diversas instituições e ficaram decepcionadas”, explica Maria Celi Chaves Vasconcelos, professora do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que entrevistou famílias com educação domiciliar em Portugal e no Brasil.

De acordo com a pesquisadora, a falta de uma lei que regulamente a educação domiciliar é causa de sofrimento para os pais, que enfrentam dificuldades jurídicas, além da pressão de amigos, familiares e vizinhos. Ao mesmo tempo, para que não ocorra o abandono intelectual dessas crianças, seria necessário garantir algum tipo de acompanhamento, como existe em Portugal, onde os alunos de ensino domiciliar são matriculados e comparecem a exames todos os anos.



Viviane luta na justiça para poder ensinar o filho Pietro em casa.

ISOLADOS?

A falta de socialização costuma ser o primeiro argumento contrário ao ensino domiciliar, mas é fraco. Estudos mostram que família, amigos e os avanços tecnológicos possibilitam que essas crianças não se isolem. As preocupações são mais em relação a uma possível preocupação exagerada com a excelência acadêmica ou, pelo contrário, à possibilidade de abandono intelectual em famílias despreparadas.

Direito?

Luciane Muniz Barbosa, pesquisadora do tema e professora da Faculdade de Educação da Unicamp, cita o artigo 26 de Declaração Internacional de Direitos Humanos para defender o direito dos pais de escolherem o modelo de educação dos filhos. Mas ela alerta que as famílias não podem se fechar à atuação do Estado. “O problema é que muitas famílias que defendem e praticam o *homeschooling* não querem qualquer tipo de supervisão, in-

PELO MUNDO

Veja exemplos de países que permitem a educação em casa:

-  África do Sul
-  Austrália
-  Canadá
-  Chile
-  Colômbia
-  Equador
-  Finlândia
-  França
-  Inglaterra
-  Irlanda
-  Israel
-  Itália
-  Nova Zelândia
-  Portugal

Fonte: Fabiana Pimentel Kloh, tese de mestrado, doutoranda da UERJ. Infografia: Gazeta do Povo.

dicando que essa seria uma interferência do Estado em seu direito de escolha”, afirma, em entrevista por e-mail. “Quanto a isso, reitero que precisamos estar atentos aos índices de violência que afetam as crianças no Brasil, e defendermos o direito à educação e proteção integral de todas as crianças. É preciso pensar que estamos em vias de regulamentação de algo que afetará todas as crianças e jovens e não somente de algumas famílias em particular”. frisa.